

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.

**Demonstrações Contábeis
em 30 de junho de 2016**

ÍNDICE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	3
---	---

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL.....	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	10

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. A BV LEASING E SUAS OPERAÇÕES.....	11
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	11
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	12
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	17
5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ.....	17
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – IFD	17
7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO.....	21
8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS.....	23
9. OUTROS VALORES E BENS	23
10. INVESTIMENTOS	23
11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO.....	24
12. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	24
13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	25
14. OUTRAS OBRIGAÇÕES	25
15. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	26
16. RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....	26
17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26
18. TRIBUTOS	27
19. PARTES RELACIONADAS.....	29
20. VALOR DE MERCADO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS AVALIADOS A MERCADO	30
21. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE	30
22. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES.....	32
23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	33
24. OUTRAS INFORMAÇÕES.....	36



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
Barueri - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

A Companhia registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas Notas Explicativas às demonstrações contábeis nº 3g e 7. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do semestre e do patrimônio líquido findos em 30 de junho de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o semestre findo em 30 de junho de 2016, cuja apresentação está sendo efetuada de forma espontânea pela Companhia. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 04 de agosto de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

em 30 de junho de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Ativo	Nota	30.06.2016	30.06.2015	Passivo	Nota	30.06.2016	30.06.2015
ATIVO CIRCULANTE		20.677.952	31.059.957	PASSIVO CIRCULANTE		55.260	2.207.385
Disponibilidades	4	354	217	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12a	-	2.005.295
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	18.445.534	4.268.231	Recursos de debêntures		-	2.005.295
Aplicações no mercado aberto		9.359.464	4.268.231	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais		7.575	428
Aplicações em depósitos interfinanceiros		9.086.070	-	FINAME	13a	7.575	428
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos		2.185.565	26.729.087	Instrumentos Financeiros Derivativos	6d	-	284
Carteira própria	6a	2.178.153	1.257	Outras Obrigações		47.685	201.378
Vinculados a prestação de garantias	6a	7.412	10.499	Fiscais e previdenciárias	14a	16.128	75.228
Instrumentos financeiros derivativos	6d	-	26.717.331	Negociação e intermediação de valores		-	61
Operações de Arrendamento Mercantil		(5.460)	(8.561)	Credores por antecipação de valor residual	7c	21.226	114.171
Arrendamento a receber - Setor privado	7a	125.997	180.772	Diversas	14b	10.331	11.918
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	7a	(123.660)	(173.134)	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		20.334.729	28.813.515
Adiantamentos a fornecedores		-	2.915	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		20.334.729	28.813.515
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)	7f	(7.797)	(19.114)	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12a	20.318.251	28.729.903
Outros Créditos		49.983	67.212	Recursos de debêntures		20.318.251	28.729.903
Negociação e intermediação de valores		21	-	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais		1.515	10.921
Diversos	8	50.026	67.742	FINAME	13a	1.515	10.921
(Provisão para outros créditos)	7f	(64)	(530)	Outras Obrigações		14.963	72.691
Outros Valores e Bens	9	1.976	3.771	Fiscais e previdenciárias	14a	9.139	46.803
Bens não de uso próprio		2.941	3.868	Credores por antecipação de valor residual	7c	4.246	25.621
(Provisão para desvalorizações)		(1.118)	(1.175)	Diversas	14b	1.578	267
Despesas antecipadas		153	1.078	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		976.951	961.048
ATIVO NÃO CIRCULANTE		688.988	921.991	Capital		899.539	872.800
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		519.286	528.228	De domiciliados no País	17a	899.539	872.800
Operações de Arrendamento Mercantil		(1.094)	(4.420)	Reservas de Lucros	17b	61.869	59.624
Arrendamento a receber - Setor privado	7a	25.205	90.105	Lucros Acumulados		15.543	28.624
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	7a	(24.739)	(87.792)				
Adiantamentos a fornecedores		-	577				
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)	7f	(1.560)	(7.310)				
Outros Créditos		520.380	532.648				
Diversos	8	520.393	532.851				
(Provisão para outros créditos)	7f	(13)	(203)				
PERMANENTE		169.702	393.763				
Investimentos		14.444	8.999				
Outros investimentos	10	21.862	13.937				
(Imparidade acumulada)	10	(7.418)	(4.938)				
Imobilizado de Uso		-	-				
Outras imobilizações de uso		186	186				
(Depreciações acumuladas)		(186)	(186)				
Imobilizado de Arrendamento	11a	129.410	365.277				
Bens arrendados		287.003	769.697				
Superveniência de depreciação		16.870	173.251				
(Depreciações acumuladas)		(174.463)	(577.671)				
Diferido	11a	25.848	19.487				
Perdas em arrendamentos a amortizar		42.154	32.127				
(Amortização acumulada)		(16.306)	(12.640)				
TOTAL DO ATIVO		21.366.940	31.981.948	TOTAL DO PASSIVO		21.366.940	31.981.948

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	1º semestre/ 2016	1º semestre/ 2015
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
		1.481.846	2.254.281
Operações de arrendamento mercantil	7b	113.654	485.728
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6b	1.107.908	327.810
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6d.6	260.284	1.440.743
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
		(1.440.536)	(2.187.070)
Operações de captação no mercado	12b	(1.342.386)	(1.730.831)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	13c	(468)	(532)
Operações de arrendamento mercantil	7b	(94.577)	(443.517)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7f	(3.105)	(12.190)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
		41.310	67.211
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS			
		(12.901)	(12.003)
Outras despesas administrativas	15a	(9.511)	(8.044)
Despesas tributárias	18c	(3.534)	(4.727)
Outras receitas operacionais	15b	2.772	4.069
Outras despesas operacionais	15c	(2.628)	(3.301)
RESULTADO OPERACIONAL			
		28.409	55.208
RESULTADO NÃO OPERACIONAL			
	16	2.289	(101)
Receitas não operacionais		3.320	1.092
Despesas não operacionais		(1.031)	(1.193)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES			
		30.698	55.107
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
	18a	(14.337)	(24.977)
LUCRO LÍQUIDO			
		16.361	30.130
LUCRO POR AÇÃO			
Lucro por lote de mil ações - R\$		32.055,04	59.031,53
Quantidade de ações (lote de mil)		510	510

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

EVENTOS	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Capital realizado	Reserva Legal	Expansão	Outras Reservas			
Saldos em 31.12.2014		872.800	38.764	-	19.354	1.386	-	932.304
Reserva de expansão		-	-	19.354	(19.354)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos		-	-	-	-	(1.386)	-	(1.386)
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	-	30.130	30.130
Destinações: - Reseva legal		-	1.506	-	-	-	(1.506)	-
Saldos em 30.06.2015		872.800	40.270	19.354	-	-	28.624	961.048
Mutações do período		-	1.506	19.354	(19.354)	(1.386)	28.624	28.744
Saldos em 31.12.2015		872.800	41.697	19.354	26.739	-	-	960.590
Aumento de capital		26.739	-	-	(26.739)	-	-	-
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	-	16.361	16.361
Destinações: - Reseva legal		-	818	-	-	-	(818)	-
Saldos em 30.06.2016		899.539	42.515	19.354	-	-	15.543	976.951
Mutações do período		26.739	818	-	(26.739)	-	15.543	16.361

O Lucro por Ação está divulgado na Demonstração do Resultado.
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	1º semestre/ 2016	1º semestre/ 2015
Fluxos de caixa provenientes das operações			
Lucro antes dos Tributos e Participações		30.698	55.107
Ajustes ao Lucro antes dos tributos e participações		91.932	429.377
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos	7f	3.105	12.190
Depreciações e amortizações		44.498	91.202
Suficiência de depreciação		43.846	329.982
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	16	241	20
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens	16	405	75
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	16	(10)	6
Despesas (Reversão) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	22d.1	(254)	(1.651)
Resultado com títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda		101	(2.447)
Lucro ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		122.630	484.484
Variações Patrimoniais		101.716	(2.191.770)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(8.547.248)	-
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		7.798.846	(3.364.540)
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil		(17.284)	(19.619)
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos		38.929	94.145
(Aumento) Redução em outros valores e bens		(613)	1.788
Imposto de renda e contribuição social pagos		(54.511)	(172.179)
(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		942.188	1.634.054
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		(1.167)	(1.559)
(Redução) Aumento em outras obrigações		(57.424)	(363.860)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES		224.346	(1.707.286)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento			
(Aquisição) de imobilizado de uso e de arrendamento		(14.338)	(16.711)
(Aquisição) de diferidos		(10.684)	(9.749)
Alienação, vencimento de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		27	543.000
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento		22.068	41.782
Alienação de diferidos		-	715
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(2.927)	559.037
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento			
Dividendos/Juros sobre o capital próprio pagos		(24.650)	-
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(24.650)	-
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		196.769	(1.148.249)
Início do período		8.688.377	5.416.697
Fim do período	4	8.885.146	4.268.448
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		196.769	(1.148.249)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	1º semestre/ 2016	1º semestre/ 2015	
Receitas		1.481.174	2.242.758	
Receita da intermediação financeira		1.481.846	2.254.281	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7f	(3.105)	(12.190)	
Outras receitas/(despesas)	15b / 15c / 16	2.433	667	
Despesas da intermediação financeira		(1.392.932)	(2.083.679)	
Insumos adquiridos de terceiros		(9.502)	(8.005)	
Serviços de terceiros	15a	(3)	(2)	
Processamento de dados	15a	(2.232)	(2.732)	
Comunicações	15a	-	(13)	
Serviços de vigilância e segurança	15a	-	(1)	
Propaganda e publicidade	15a	(139)	(140)	
Serviços do sistema financeiro	15a	(105)	(231)	
Serviços técnicos especializados	15a	(6.262)	(3.675)	
Outras	15a	(761)	(1.211)	
Valor Adicionado Bruto		78.740	151.074	
Despesas de amortização/depreciação		(44.498)	(91.201)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		34.242	59.873	
Valor Adicionado a Distribuir		34.242	59.873	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		34.242	59.873	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições		17.871	29.705	52,19%
Federais		16.321	28.460	
Estaduais		1.273	722	
Municipais		277	523	
Remuneração de Capitais de Terceiros		10	38	0,03%
Aluguéis	15a	10	38	
Remuneração de Capitais Próprios		16.361	30.130	47,78%
Lucro retido		16.361	30.130	

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de Reais)

1. A BV LEASING E SUAS OPERAÇÕES

A BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital fechado que tem por objeto social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Votorantim (“Conglomerado”) e atuam integradamente, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O BACEN recepcionou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela Companhia, quando aplicável: CPC 00 – Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Eventos Subsequentes, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

A Companhia aplica o pronunciamento CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 04 de agosto de 2016.

Declaração de Conformidade

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão evidenciadas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas, e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle da Companhia, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como Lucro ou Prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se em conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Operações de Arrendamento Mercantil, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Arrendamentos a receber: registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.

Rendas a apropriar de arrendamento a receber: são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF nº 140/1984. As rendas das operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto aos níveis de riscos, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

Com relação ao período de atraso verificado nas operações de varejo com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis.

As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil já baixadas para prejuízo são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 7e).

Superveniência / (Insuficiência) de Depreciação: o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas “Superveniência / Insuficiência de depreciações” do Imobilizado de Arrendamento, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular nº 1.429/1989 do BACEN e contabilizado no resultado.

Resultado na alienação quando da opção de compra do bem arrendado:

Lucro – reconhecido por ocasião do exercício de opção de compra.

Prejuízo – a perda é registrada no Imobilizado de Arrendamento como perda em arrendamento a amortizar, sendo reconhecida em resultado no prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados sob regime da Circular nº 1.429/1989, do BACEN.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

A partir de 01 de janeiro de 2015, em observação aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, dois terços da remuneração referente à originação, ocorrida em 2015, de operações de crédito ou de arrendamento mercantil encaminhada por correspondentes são registrados no ativo, sendo a parcela restante reconhecida como despesa do período no momento da originação.

Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014 são amortizados de forma linear, no prazo máximo de 36 meses.

Para o exercício de 2016, até um terço da remuneração referente à originação de operações de crédito será registrado no ativo e reconhecido no resultado de forma linear, respeitando-se o prazo máximo de 36 meses. As operações geradas a partir de 1º de janeiro de 2017, terão a remuneração citada reconhecida integralmente como despesa.

A partir de 1º de janeiro de 2020, todos os valores eventualmente registrados no ativo, relativos à remuneração de correspondentes no país, serão imediatamente baixados, tendo como contrapartida a adequada conta de despesa do período.

i) Ativo Permanente

Investimentos: os outros investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados – 20% e demais itens – 10%.

Imobilizado de arrendamento: o imobilizado de arrendamento é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido pela respectiva depreciação calculada pelo método linear e de forma acelerada nos casos previstos na regulamentação vigente.

Diferido: o ativo diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas. As perdas em arrendamentos são amortizadas pelo prazo remanescente de vida útil dos bens objeto dos contratos de arrendamento e de acordo com a regulamentação vigente.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

A Companhia avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

k) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas Vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ⁽¹⁾	20%
PIS / PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	De 2% a 5%

⁽¹⁾ Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota volta a ser 15%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei n.º 13.169/2015.

A Companhia reconhece o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil.

l) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 22).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

m) Outros Ativos e Passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
 Semestre findo em 30 de junho de 2016
 Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30.06.2016	30.06.2015
Disponibilidades	354	217
Disponibilidades em moeda nacional	354	217
Aplicações interfinanceiras de liquidez⁽¹⁾	8.884.792	4.268.231
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	7.034.792	4.268.231
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.850.000	-
Total	8.885.146	4.268.448

⁽¹⁾ Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	30.06.2016	30.06.2015
Aplicações no Mercado Aberto		
Revendas a liquidar – posição bancada	9.359.464	4.268.231
Letras Financeiras do Tesouro	849.494	31.701
Letras do Tesouro Nacional	1.881.567	3.707.307
Notas do Tesouro Nacional	4.303.732	529.223
Debêntures	2.324.671	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	9.086.070	-
Total	18.445.534	4.268.231
Ativo circulante	18.445.534	4.268.231

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Rendas de aplicações no mercado aberto	797.694	267.696
Posição bancada	797.694	267.696
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	307.691	-
Total	1.105.385	267.696

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Na demonstração “Balanço Patrimonial”, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação” são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Semestre findo em 30 de junho de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	30.06.2016						30.06.2015			
	Valor de Mercado				Total		Total			
	Sem vencimento	Até 30 dias	61 a 90 dias	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 – Títulos para negociação	-	2.175.826	1.019	6.393	2.183.242	2.183.238	(4)	10.499	10.499	-
Títulos Públicos	-	2.175.826	1.019	6.393	2.183.242	2.183.238	(4)	10.499	10.499	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.019	6.393	7.412	7.412	-	10.499	10.499	-
Letras do Tesouro Nacional	-	2.175.826	-	-	2.175.830	2.175.826	(4)	-	-	-
2 – Títulos Disponíveis para Venda	2.327	-	-	-	2.327	2.327	-	1.257	1.257	-
Títulos Privados	2.327	-	-	-	2.327	2.327	-	1.257	1.257	-
Cotas de Fundos de Investimentos	2.327	-	-	-	2.327	2.327	-	1.257	1.257	-
Total (1 + 2)	2.327	2.175.826	1.019	6.393	2.185.569	2.185.565	(4)	11.756	11.756	-

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	30.06.2016						30.06.2015			
	Valor de Mercado				Total		Total			
	Sem vencimento	Até 30 dias	61 a 90 dias	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Carteira própria	2.327	2.175.826	-	-	2.178.157	2.178.153	(4)	10.499	10.499	-
Vinculados à prestação de garantias	-	-	1.019	6.393	7.412	7.412	-	1.257	1.257	-
Total	2.327	2.175.826	1.019	6.393	2.185.569	2.185.565	(4)	11.756	11.756	-

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	30.06.2016					30.06.2015	
	Valor de Mercado			Total		Total	
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Títulos para negociação	-	2.176.845	6.393	2.183.242	2.183.238	1.257	1.257
Títulos disponíveis para venda	2.327	-	-	2.327	2.327	10.499	10.499
Total	2.327	2.176.845	6.393	2.185.569	2.185.565	11.756	11.756

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	30.06.2016			30.06.2015		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Carteira própria	2.178.153	-	2.178.153	1.257	-	1.257
Vinculados à prestação de garantias	7.412	-	7.412	10.499	-	10.499
Total	2.185.565	-	2.185.565	11.756	-	11.756

a.5) Resumo da carteira por categoria

Por Categoria	30.06.2016		30.06.2015	
1 – Títulos para negociação	2.183.238	100%	10.499	89%
2 – Títulos disponíveis para venda	2.327	0%	1.257	11%
Valor contábil / mercado da carteira	2.185.565	100%	11.756	100%

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	1.105.385	267.696
Títulos de renda fixa	2.408	60.060
Aplicações em fundos de investimento	115	54
Total	1.107.908	327.810

c) Reclassificações de Títulos e Valores Mobiliários

Em 30 de junho de 2016 e 2015 não houve reclassificações de títulos e valores mobiliários e não existem títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

A Companhia se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada suas posições, classificando as posições próprias em negociação, com limites e alçadas definidos pela Companhia.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

A Companhia conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

A avaliação do risco da Companhia é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

A Companhia utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos, decorrentes dos negócios da Companhia são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito é definido pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação financeira diária em dinheiro. Os contratos de *swaps*, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de *swaps* registrados na BM&FBovespa não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações da Companhia nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de commodities.

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade da Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade da Companhia não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à Companhia.

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Semestre findo em 30 de junho de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	30.06.2016			30.06.2015		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros						
Compromissos de venda	88.332	-	-	179.502	-	-
DI	88.332	-	-	179.502	-	-
Contratos de Swaps						
Posição Ativa	-	-	-	24.334.000	94.859	207.843
DI	-	-	-	24.334.000	94.859	207.843
Posição Passiva	-	-	-	250.000	(9.456)	(284)
DI	-	-	-	-	(8.783)	-
Pré-fixado	-	-	-	250.000	(673)	(284)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos						
Posição Ativa	-	-	-	49.049.500	26.631.645	26.509.488
Box de opções - Pré-fixado	-	-	-	49.049.500	26.631.645	26.509.488

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30.06.2016	30.06.2015
Futuro	7.496	23.272	17.463	40.101	88.332	179.502
Contratos de swaps	-	-	-	-	-	24.584.000
Box de opções	-	-	-	-	-	49.049.500

d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 30.06.2016)

	Futuros
BM&FBovespa	88.332

d.4) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	30.06.2016	30.06.2015
Letras Financeiras do Tesouro	7.412	10.499
Total	7.412	10.499

d.5) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	30.06.2016		30.06.2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
Contratos de swaps	-	-	207.843	-
Box de opções - Pré-fixado	-	-	26.509.488	-
Total	-	-	26.717.331	-
Passivo				
Contratos de swaps	-	-	284	-
Total	-	-	284	-

d.6) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Swap	(4.510)	79.597
Futuros	(3.364)	(45.964)
Box de opção	268.158	1.406.025
Ajuste ao valor de mercado dos itens de operações de crédito objeto de hedge	-	1.085
Total	260.284	1.440.743

7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a) Operações de Arrendamento a Receber

	30.06.2016	30.06.2015
Operações de Arrendamento Mercantil a Receber	151.202	270.877
Arrendamentos financeiros a receber	151.202	270.877
Ativo circulante	125.997	180.772
Ativo não circulante	25.205	90.105
	30.06.2016	30.06.2015
Rendas a apropriar de Arrendamento Mercantil	(148.399)	(260.926)
Rendas a apropriar de Arrendamentos financeiros	(148.399)	(260.926)
Ativo circulante	(123.660)	(173.134)
Ativo não circulante	(24.739)	(87.792)

b) Resultado Financeiro das Operações de Arrendamento Mercantil

	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Receitas de Arrendamento Mercantil	113.654	485.728
Arrendamentos financeiros	76.754	195.618
Lucro na alienação de bens arrendados	24.976	276.161
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	11.924	13.949
Despesas de Arrendamento Mercantil	(94.577)	(443.517)
Arrendamentos financeiros	(92.541)	(443.330)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	(2.036)	(187)
Total	19.077	42.211

c) Carteira por Setores de Atividade Econômica

	30.06.2016	%	30.06.2015	%
Setor Privado – No País	132.775	100,00%	258.941	100,00%
Pessoa Física ⁽¹⁾	7.295	5,49%	82.957	32,04%
Pessoa Jurídica	125.480	94,51%	175.984	67,96%
Agronegócio de origem animal	1	0,00%	36	0,01%
Agronegócio de origem vegetal	-	0,00%	79	0,03%
Atividades específicas da construção	8.204	6,18%	11.508	4,44%
Automotivo	2.801	2,11%	3.016	1,16%
Comércio atacadista e indústrias diversas	4.508	3,40%	20.029	7,74%
Comércio varejista	789	0,59%	1.994	0,77%
Imobiliário	-	0,00%	19	0,01%
Madeiro e moveleiro	-	0,00%	9	0,00%
Mineração e metalurgia	-	0,00%	85	0,03%
Papel e celulose	-	0,00%	84	0,03%
Serviços	80.794	60,85%	33.859	13,08%
Têxtil e confecções	1	0,00%	8	0,00%
Transportes	25.210	18,99%	103.854	40,11%
Demais atividades	3.172	2,39%	1.404	0,55%
Total	132.775	100,00%	258.941	100,00%

⁽¹⁾ Incluem operações de crédito com outros setores de atividade econômica realizada com pessoas físicas.

Em atendimento às normas do BACEN, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

	30.06.2016	30.06.2015
Arrendamentos financeiros a receber	151.202	270.877
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	(148.399)	(260.926)
Títulos e créditos a receber (Nota 8)	186	4.018
Imobilizado de arrendamento financeiro (Nota 11a)	155.258	384.764
Cretores por antecipação do valor residual	(25.472)	(139.792)
Valor Presente dos Contratos de Arrendamento Financeiros/Outros Créditos	132.775	258.941

d) Carteira por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.06.2016	30.06.2015
Operações em Curso Normal											
Parcelas Vincendas	3.204	19.097	76.136	19.329	3.479	4	6	3.540	166	124.961	205.236
01 a 30	239	1.711	5.256	1.003	150	-	1	107	12	8.479	17.327
31 a 60	239	1.309	5.034	989	150	-	1	107	11	7.840	19.260
61 a 90	239	773	4.043	982	150	-	1	107	11	6.306	15.030
91 a 180	718	2.035	11.755	2.943	449	1	2	322	33	18.258	36.680
181 a 360	737	3.519	19.752	5.694	898	3	1	644	66	31.314	50.537
Acima de 360	1.032	9.750	30.296	7.718	1.682	-	-	2.253	33	52.764	66.402
Parcelas Vencidas	-	310	3	1	38	-	-	-	-	352	1.484
Até 14 dias	-	310	3	1	38	-	-	-	-	352	1.484
Subtotal	3.204	19.407	76.139	19.330	3.517	4	6	3.540	166	125.313	206.720
Operações em Curso Anormal											
Parcelas Vincendas	-	-	430	599	343	110	97	67	2.360	4.006	33.787
01 a 30	-	-	66	169	152	27	18	21	251	704	3.342
31 a 60	-	-	66	99	108	13	12	10	216	524	3.131
61 a 90	-	-	30	38	70	5	3	3	176	325	2.668
91 a 180	-	-	47	87	6	8	8	7	507	670	6.949
181 a 360	-	-	75	151	5	10	15	8	740	1.004	8.518
Acima de 360	-	-	146	55	2	47	41	18	470	779	9.179
Parcelas Vencidas⁽¹⁾	-	-	188	262	386	141	118	200	2.161	3.456	18.434
De 01 a 14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.584
15 a 30	-	-	187	2	22	40	28	40	396	715	2.055
31 a 60	-	-	1	260	120	42	31	42	408	904	3.354
61 a 90	-	-	-	-	244	40	28	43	271	626	2.344
91 a 180	-	-	-	-	-	19	30	73	591	713	4.015
181 a 360	-	-	-	-	-	-	1	2	462	465	5.061
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	33	33	21
Subtotal	-	-	618	861	729	251	215	267	4.521	7.462	52.221
Total	3.204	19.407	76.757	20.191	4.246	255	221	3.807	4.687	132.775	258.941

⁽¹⁾ Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

e) Constituição da Provisão por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão	30.06.2016			30.06.2015		
		Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Existente	Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Existente
AA	0	3.204	-	-	2.478	-	-
A	0,5	19.407	(97)	(97)	91.096	(454)	(454)
B	1	76.757	(767)	(767)	89.541	(895)	(895)
C	3	20.191	(605)	(605)	33.144	(995)	(995)
D	10	4.246	(425)	(425)	7.788	(778)	(778)
E	30	255	(77)	(77)	13.833	(4.149)	(4.149)
F	50	221	(111)	(111)	1.638	(820)	(820)
G	70	3.807	(2.665)	(2.665)	1.191	(834)	(834)
H	100	4.687	(4.687)	(4.687)	18.232	(18.232)	(18.232)
Total		132.775	(9.434)	(9.434)	258.941	(27.157)	(27.157)

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreendem as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito.

	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Saldo inicial	26.992	35.879
Reforço/(reversão)	3.105	12.190
Baixas para prejuízo	(20.663)	(20.912)
Saldo final	9.434	27.157

g) Concentração das Operações de Arrendamento mercantil

	30.06.2016	% da carteira	30.06.2015	% da carteira
Maior Devedor	71.290	53,69%	72.545	28,02%
10 Maiores Devedores	116.437	87,69%	143.180	55,29%
20 Maiores Devedores	123.894	93,31%	161.008	62,18%
50 Maiores Devedores	125.689	94,66%	171.654	66,29%
100 Maiores Devedores	126.383	95,19%	174.244	67,29%

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Semestre findo em 30 de junho de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Movimentação dos créditos renegociados

	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Saldo inicial	2.586	4.344
Contratações	222	318
(Recebimento) e apropriação de juros	(807)	(1.077)
Baixa para prejuízo	(112)	(287)
Saldo final	1.889	3.298

i) Informações Complementares

	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Montante de créditos recuperados, baixados como prejuízo ⁽¹⁾	11.924	13.949
⁽¹⁾ Registrado no resultado nas Receitas de Intermediação Financeira - Receitas de Operações de Arrendamento Mercantil, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001.		

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	30.06.2016	30.06.2015
Ativo fiscal diferido - Crédito Tributário (Nota 18e)	527.429	547.476
Devedores diversos - no País	-	1.196
Devedores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 22f)	22.005	15.714
Impostos e contribuições a compensar	20.799	32.178
Impostos e contribuições a recuperar	-	11
Títulos e créditos a receber	186	4.018
Total	570.419	600.593
Ativo circulante	50.026	67.742
Ativo não circulante	520.393	532.851

9. OUTROS VALORES E BENS

	30.06.2016	30.06.2015
Bens não de uso próprio	2.941	3.868
Máquinas e equipamentos	11	-
Veículos e afins	2.930	3.868
(Provisão para desvalorização)	(1.118)	(1.175)
Despesas antecipadas	153	1.078
Comissões por intermediação de operações ⁽¹⁾	60	1.054
Despesas de serviços do sistema financeiro	12	2
Despesas de serviços técnicos especializados	81	-
Outras	-	22
Total	1.976	3.771
Ativo circulante	1.976	3.771
⁽¹⁾ Referem-se aos valores a diferir dos custos associados às operações de arrendamento mercantil incorridos na sua origem.		

10. INVESTIMENTOS

	30.06.2016	30.06.2015
Investimentos por incentivos fiscais	21.862	13.937
(Imparidade acumulada)	(7.418)	(4.938)
Total	14.444	8.999

11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

a) Imobilizado de Arrendamento

	30.06.2016	30.06.2015
Bens Arrendados	287.003	769.697
Veículos e afins	213.388	641.310
Máquinas e equipamentos	67.263	110.397
Móveis	3.379	3.379
Instalações	416	501
Sistemas de processamento de dados	2.557	14.110
Superveniências de Depreciações	16.870	173.251
Depreciação Acumulada	(174.463)	(577.671)
Diferido	25.848	19.487
Perdas em arrendamentos a amortizar	42.154	32.127
Amortização acumulada do diferido	(16.306)	(12.640)
Total	155.258	384.764

b) Ajuste da Carteira

O ajuste da carteira de contratos de arrendamento mercantil (superveniência/insuficiência de depreciação) foi apurado conforme disposto na Nota Explicativa nº 3g, apresentando a seguinte posição:

	30.06.2016	30.06.2015
Valor presente	158.247	398.733
Credores por antecipação do valor residual	25.472	139.792
Valor presente das operações de arrendamento	132.775	258.941
(-) Valor contábil das operações	141.377	225.482
Arrendamentos a receber – recursos internos	151.202	270.877
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(148.399)	(260.926)
Valores residuais a realizar	27.896	151.678
Valores residuais a balancear	(27.896)	(151.678)
Títulos e créditos a receber	186	4.018
Bens arrendados	287.003	769.697
Depreciação acumulada de bens arrendados	(174.463)	(577.671)
Perdas em arrendamentos a amortizar	42.154	32.127
Amortização acumulada do diferido	(16.306)	(12.640)
(=) Aumento do Ativo Permanente (Superveniência de Depreciação)	16.870	173.251

c) Depreciação acumulada

	30.06.2016	30.06.2015
Depreciação acumulada de arrendamento mercantil	(174.463)	(577.671)
(-) Superveniência de depreciação	16.870	173.251
(=) Depreciação Acumulada	(157.593)	(404.420)

12. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Composição

CAPTAÇÕES	Remuneração a.a.	Ano Captação	Ano Vencimento	30.06.2016	30.06.2015
Debêntures					
Pós-fixado	R\$ 100,00%do DI	2006	2027	20.318.251	30.735.198
Total				20.318.251	30.735.198
Passivo circulante					
Passivo não circulante				-	2.005.295
				20.318.251	28.729.903

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
 Semestre findo em 30 de junho de 2016
 Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Despesas com Operações de Captação no Mercado

	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Despesas de Captações no Mercado Aberto	-	(35)
Carteira de livre movimentação	-	(35)
Despesas de Captações de Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(1.342.386)	(1.730.796)
Debêntures	(1.342.386)	(1.730.796)
Total	(1.342.386)	(1.730.831)

13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Repasses

Do País – Instituições Oficiais

Programas	Taxas de Atualização	30.06.2016	30.06.2015
FINAME		9.090	11.349
Pré-fixado	1,30% a.a. a 3,80% a.a.	9.090	11.349
Total		9.090	11.349
Passivo circulante		7.575	428
Passivo não circulante		1.515	10.921

b) Segregação de Repasses por Prazo de Exigibilidade

	Até 3 meses	3 a 12 Meses	1 a 3 Anos	3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	30.06.2016	30.06.2015
Repasses do País – FINAME	4.774	2.801	1.196	222	97	9.090	11.349
Total						9.090	11.349

c) Despesas de Obrigação por Empréstimos e Repasses

	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Despesas de Obrigações por Repasses	(468)	(532)
FINAME	(468)	(532)
Total	(468)	(532)

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	30.06.2016	30.06.2015
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	12.177	74.777
Impostos e contribuições a recolher	355	451
Passivo fiscal diferido (Nota 18d)	4.218	44.106
Provisão para demandas fiscais (Nota 22d1)	8.517	2.697
Total	25.267	122.031
Passivo circulante	16.128	75.228
Passivo não circulante	9.139	46.803

b) Diversas

	30.06.2016	30.06.2015
Credores diversos - no País	2.281	3.769
Provisão para pagamentos a efetuar	4.315	2.716
Provisão para demandas cíveis (Nota 22d1)	5.313	4.915
Ajuste a mercado op. de arrendamento	-	785
Total	11.909	12.185
Passivo circulante	10.331	11.918
Passivo não circulante	1.578	267

15. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras Despesas Administrativas

	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Aluguéis	(10)	(38)
Manutenção e conservação de bens	-	(18)
Processamento de dados	(2.232)	(2.732)
Publicações	(139)	(140)
Serviços do sistema financeiro	(105)	(231)
Serviços de terceiros	(3)	(2)
Serviços técnicos especializados	(6.262)	(3.675)
Emolumentos judiciais e cartorários	(213)	(467)
Impostos e multas de bens arrendados	-	(640)
Comunicações	-	(13)
Outras	(547)	(88)
Total	(9.511)	(8.044)

b) Outras Receitas Operacionais

	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Reversão de provisões – demandas cíveis e fiscais	670	1.651
Atualização de depósitos em garantia	660	591
Recuperação de encargos e despesas	667	611
Variação monetária ativa	737	802
Ressarcimento de custos associados	38	414
Total	2.772	4.069

c) Outras Despesas Operacionais

	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Custos associados à produção - Parceiros comerciais	(238)	(1.347)
Indenizações cíveis	(2.390)	(1.659)
Depósitos Judiciais	-	(10)
Outras	-	(285)
Total	(2.628)	(3.301)

16. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Receitas não operacionais	3.320	1.092
Lucro na alienação de valores e bens	2.197	976
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	132	116
Outras	991	-
Despesas não operacionais	(1.031)	(1.193)
Perdas de investimentos por incentivos fiscais	(241)	(20)
Desvalorização de outros valores e bens	(122)	(122)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(648)	(1.051)
Perdas de Capital	(20)	-
Total	2.289	(101)

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 899.539 (R\$ 872.800 em 30 de junho de 2015), está representado por 510.404 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2016, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital Social mediante a incorporação da reserva especial de lucros no valor de R\$ 26.739, sem a emissão de novas ações, homologado pelo Banco Central do Brasil em 27 de maio de 2016.

b) Reserva de Lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva para expansão

Para cumprimento das exigências estabelecidas na legislação societária e regras do BACEN, no encerramento do período, a Administração propõe que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinado para “Reserva para expansão”, com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. O saldo de reserva está à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

Reserva especial de lucros

A Administração poderá propor que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para “Reserva especial de lucros”, o qual ficará à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

18. TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Valores correntes	(12.176)	(77.160)
IR e CSLL no País – Corrente	(12.176)	(74.778)
IR e CSLL no País – Exercícios anteriores	-	(2.382)
Valores Diferidos	(2.161)	52.183
Passivo fiscal diferido	12.028	82.582
Marcação a mercado	1.067	87
Superveniência de depreciação	10.961	82.495
Ativo fiscal diferido	(14.189)	(30.399)
Prejuízos fiscais	(4.191)	(29.232)
Diferenças temporárias	(10.463)	(733)
Marcação a mercado	465	(434)
Total	(14.337)	(24.977)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Resultado antes dos tributos e participações	30.698	55.107
Encargo total do IR (25%) e CSLL (15% até agosto/2015 e 20% a partir de setembro/2015)	(13.814)	(22.043)
Outros Valores	(523)	(2.934)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(14.337)	(24.977)

c) Despesas Tributárias

	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Cofins	(1.647)	(2.995)
ISSQN	(277)	(522)
PIS	(268)	(487)
Outras	(1.342)	(723)
Total	(3.534)	(4.727)

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
 Semestre findo em 30 de junho de 2016
 Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Passivo Fiscal Diferido

	30.06.2016	30.06.2015
Decorrentes de superveniência de depreciação de operações de arrendamento mercantil	4.218	43.314
Marcação a mercado	-	792
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	4.218	44.106
Imposto de Renda	4.218	43.809
Contribuição Social	-	297

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

Ativado	31.12.2015	1º Semestre/2016	30.06.2016	30.06.2015
	Saldo	Movimentação no Período ⁽¹⁾	Saldo	Saldo
Diferenças temporárias	52.165	(9.997)	42.168	52.040
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	45.400	(11.275)	34.125	48.555
Provisões Passivas	6.258	813	7.071	2.701
Marcação a mercado	-	466	466	314
Outras provisões	507	(1)	506	470
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	489.453	(4.192)	485.261	495.436
Total dos Créditos Tributários Ativados	541.618	(14.189)	527.429	547.476
Imposto de Renda	518.597	(9.516)	509.081	527.961
Contribuição Social	23.021	(4.673)	18.348	19.515

⁽¹⁾ Para a parcela dos créditos tributários com previsão de realização até 2018, aplica-se para a CSLL, a alíquota de 20%. Para a parcela que tem sua realização após 2018, aplica-se a alíquota de 15%.

Não Ativado

Não existem créditos tributários não ativados.

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado no 1º Semestre de 2016.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2016	18.278	17.611
Em 2017	17.092	15.391
Em 2018	9.734	8.162
Em 2019	4.172	3.258
Em 2020	5.884	4.284
A partir de 2021	472.269	227.288
Total de Créditos Tributários	527.429	275.994

No semestre findo em 30 de junho de 2016, observou-se a realização de créditos tributários na Companhia no montante de R\$ 16.150 (R\$ 31.744 no semestre findo em 2015), correspondente a 44% (60% no semestre findo em 2015) da respectiva projeção de utilização prevista para todo o ano calendário de 2016, formalizada no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2015.

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2016	1%	38%
Em 2017	1%	36%
Em 2018	1%	16%
Em 2019	1%	3%
Em 2020	1%	7%
A partir de 2021	95%	0%

⁽¹⁾ Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes;

⁽²⁾ A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações);

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
 Semestre findo em 30 de junho de 2016
 Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

19. PARTES RELACIONADAS

As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil e a Votorantim S.A., sendo as principais Votorantim Finanças S.A. e Votorantim Industrial S.A..

A Companhia realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos. Há ainda contratos de prestação de serviços.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

	30.06.2016				
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Banco Votorantim e Controladas	Outras	Total
Ativos					
Disponibilidades	83	-	191	-	274
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	18.445.534	-	18.445.534
Outros ativos	-	-	21	-	21
Passivos					
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	(20.318.251)	-	(20.318.251)
Resultado					
1º Semestre/2016					
Rendas de juros e prestação de serviços	-	-	1.200.913	-	1.200.913
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(1.342.335)	-	(1.342.335)

	30.06.2015				
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Banco Votorantim e Controladas	Outras	Total
Ativos					
Disponibilidades	31	-	71	-	102
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	4.268.231	-	4.268.231
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	26.717.331	-	26.717.331
Passivos					
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	(30.734.918)	-	(30.734.918)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(284)	-	(284)
Outras obrigações	-	-	(61)	-	(61)
Resultado					
1º Semestre/2015					
Rendas de juros e prestação de serviços	-	-	1.753.344	-	1.753.344
Despesas com captação	-	-	(1.730.633)	-	(1.730.633)

20. VALOR DE MERCADO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS AVALIADOS A MERCADO

	30.06.2016		30.06.2015	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo				
Circulante e Não circulante				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	18.445.534	18.445.534	4.268.231	4.268.231
Títulos e valores mobiliários	2.185.565	2.185.565	11.756	11.756
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	26.717.331	26.717.331
Operações de arrendamento mercantil	132.775	124.845	258.157	259.280
Passivo				
Circulante e Não circulante				
Recursos de aceites e emissão de títulos	(20.318.251)	(20.349.941)	(30.735.198)	(30.771.657)
Obrigações por repasses do País	(9.090)	(9.090)	(11.349)	(11.349)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(284)	(284)

21. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A Companhia gerencia seus instrumentos financeiros derivativos buscando limitar oscilações de mercado decorrentes dos principais fatores de risco a que sua carteira de ativos e passivos está sujeita.

Na gestão de oscilações dos fatores de riscos de mercado da carteira de arrendamento mercantil, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos contratados com terceiros.

A análise de sensibilidade envolveu todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive os derivativos, com intenção de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*).

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*), composta por títulos públicos e privados e instrumentos financeiros derivativos, apresentando os valores observados em 30 de junho de 2016:

Cenário I			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(6)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-
Cenário II			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(201)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-
Cenário III			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(395)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Para as operações classificadas na carteira de não negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado da Companhia. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de arrendamento mercantil e recursos de aceites e emissão de títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas nas contratações das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a intenção de manter as respectivas posições até o vencimento ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge natural*), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*), apresentando os valores observados em 30 de junho de 2016:

Cenário I			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado ⁽¹⁾
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(586)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário II			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado ⁽¹⁾
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(18.283)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário III			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado ⁽¹⁾
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(34.294)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos fiscais.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário Provável

A curva de juros pré-fixado sofre um choque paralelo de 10 pontos base, ou seja, todos os valores, independente do prazo, aumentam em 0,10%.

Cenário II

As taxas de juros sofrem choques paralelos de 25% da taxa referente ao prazo de um ano. A direção é escolhida de modo a gerar o pior resultado hipotético.

A taxa pré, no dia 30 de junho de 2016, para o prazo de um ano é 13,34%. Desse modo, toda a curva é chocada em 3,34% para mais ou para menos, conforme o resultado hipotético gerado.

Cenário III

O cenário III é montado de forma equivalente ao Cenário II, porém os choques são 50% do valor de fechamento.

22. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, conforme Resolução CMN nº. 3.823/2009.

b) Ações Fiscais

A Companhia está sujeita em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias – a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

c) Ações de Natureza Cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

d) Provisões para Demandas Fiscais e Cíveis – Prováveis

A Companhia constitui provisão para demandas fiscais e cíveis com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável), de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração da Companhia considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

d.1) Movimentações nas provisões para demandas fiscais, cíveis, trabalhistas classificadas como prováveis

	Demandas fiscais ⁽¹⁾		Demandas cíveis ⁽²⁾	
	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Saldo inicial	8.824	3.347	5.260	5.916
Constituições	475	70	556	38
Reversão da provisão	(755)	(705)	(458)	(436)
Baixa por pagamento	(189)	(149)	(744)	(862)
Atualização monetária	162	134	699	259
Saldo final	8.517	2.697	5.313	4.915

⁽¹⁾ Referem-se basicamente a questões tributárias sobre tributos de terceiros e ISS, sendo apresentadas na rubrica Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias.

⁽²⁾ Referem-se basicamente a ações indenizatórias, apresentadas em Outras obrigações – Diversas.

d.2) Cronograma esperado de desembolsos

	30.06.2016	
	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	8.446	5.313
De 5 a 10 anos	71	-
Total	8.517	5.313

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

e) Passivos Contingentes – Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	30.06.2016	30.06.2015
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	496	890
Demandas Cíveis ⁽²⁾	624	212
Total	1.120	1.102

⁽¹⁾ Referem-se basicamente a questões tributárias sobre tributos de terceiros e ISS, sendo apresentadas na rubrica Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias.

⁽²⁾ Referem-se, basicamente, as ações indenizatórias cuja natureza são: contestação de custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais e tarifas.

f) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	30.06.2016	30.06.2015
Contingências fiscais	5.791	3.751
Contingências cíveis	16.214	11.963
Total	22.005	15.714

g) Ações civis públicas

A Companhia possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na opinião de assessores jurídicos e no julgamento da Administração, o risco de perda é considerado possível. Em função do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinado com suficiente segurança.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados nas atividades diárias do Conglomerado, através de um processo organizado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

b) Risco de Crédito

Risco de Crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

Para se alinhar às práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão de seu Capital, o Conglomerado utiliza métricas de risco e de retorno como instrumentos de disseminação da cultura no Conglomerado, presentes em todo o seu processo de crédito.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa (*funding*). O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

d) Risco Operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos ao Conglomerado.

e) Risco de Mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

f) Gerenciamento de Capital

Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, o Conglomerado adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Em linha com a Resolução nº 3.988 do CMN e a Circular nº 3.547 do Bacen, a Companhia dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Suficiência de Capital (visão Regulatória)

A gestão do Capital no Conglomerado é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico do Conglomerado.

Visando a avaliação da suficiência de Capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, o Conglomerado elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

Índices de Capital

Os índices de Capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

III – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

- (i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
- (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- (iv) participação de não controladores;
- (v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de Companhias assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e Companhias abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação; e
- (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01/10/2013 até 31/12/2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 01/01/2015.

Em 30 de junho de 2016, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Prudencial foi de 14,92% (14,86 % em 30 de junho de 2015).

Em atendimento à Circular nº 3.678/2013 do BACEN, a Companhia mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos disponibilizadas no *website*: www.bancovotorantim.com.br/ri.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/2004 do CMN, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria instituído pelo Conglomerado Financeiro Votorantim, por intermédio da instituição líder Banco Votorantim S.A.. O resumo do relatório do referido Comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis do Banco Votorantim S.A. de 30 de junho de 2016.
